

REQUISITOS

@beatriznamiestudies

- a) mínima ofensividade da conduta;
- b) ausência de periculosidade social da ação;
- c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento;
- d) inexpressividade da lesão jurídica;

↳ De acordo com a jurisprudência

- não confundir o crime de bagatela com o furto de pequeno valor.

CRIME de bagatela

- não se confunde um delito insignificante ou de bagatela com crimes de menor potencial ofensivo.

Os crimes de menor potencial se submetem ao Juizado Especial, sendo que neles a ofensa não pode ser acoimada de insignificante, pois possui gravidade ao menos perceptível socialmente, o que repele a incidência do princípio em questão.

- Encontra fundamento Jurídico no conceito de tipicidade, a qual deve ser analisada sob o aspecto da tipicidade formal e material.

- a tipicidade formal é a correspondência EXATA entre o fato e os elementos do tipo penal.

- a tipicidade material é a real lesividade social da conduta.

- Juntamente com o nível de lesão sofrida, devem analisar as circunstâncias judiciais, como a culpabilidade do agente, antecedentes, circunstâncias.

- Se a subtração não for insignificante, ainda que as circunstâncias do art. 59 do CP sejam favoráveis, não há que se falar em princípio da insignificância.

- De qualquer forma, a análise, única e tão somente, do nível de lesão sofrida, para aplicação do princípio da insignificância, deve ser feita quando evidentemente e inquestionavelmente ínfima a lesão, em hipóteses como a subtração de uma bolacha, uma folha de papel, um palito de fósforo, etc.